

Crise estrutural, superimperialismo e reemergência das rivalidades imperialistas

Leandro Ramos Pereira¹

Resumo

O objetivo deste artigo é relacionar a crise estrutural do capital com a dinâmica das relações interestatais nas últimas décadas. Argumentaremos que, entre 1979 e 2008, a força centrípeta da superestrutura internacional correspondente ao poder global estadunidense impediu que as tendências incontroláveis, totalizantes, irresistíveis e irrestringíveis do capital transnacional se apresentassem de forma imediatamente catastrófica. A reemergência das rivalidades imperialistas a partir da ascensão da economia chinesa, entretanto, introduziu elementos de imprevisibilidade e irreversibilidade ao capital transnacional que, somados às tendências mais gerais das rivalidades, tendem a acelerar a longa marcha civilizacional em direção à catástrofe socioambiental.

Palavras-chave: crise estrutural do capital; poder global; imperialismo; Estados Unidos; China.

Summary

This article aims to connect the structural crisis of capital with the dynamics of interstate relations in recent decades. We will argue that, between 1979 and 2008, the centripetal force of the international superstructure corresponding to US global power prevented the uncontrolled, totalizing, irresistible, and unrestricted tendencies of transnational capital from appearing in an immediately catastrophic manner. However, the reemergence of imperialist rivalries following the rise of the Chinese economy has introduced unpredictability and irreversibility to transnational capital. Combined with the broader tendencies of rivalry, these factors will likely accelerate the long civilizational march toward socio-environmental catastrophe.

Keywords: structural crisis of capital; global power; imperialism; United States; China.

JEL: F40, F62, P16, N12.

¹ Leandro Ramos Pereira é professor do Instituto de Economia da Universidade do Rio de Janeiro (IE/UFRJ). Email: leandro.pereira@ie.ufrj.br.

Introdução

As previsões sobre a crise final do capitalismo não surgiram em data recente. As teses que apontaram a possibilidade de colapso deste modo de produção datam, pelo menos, do final do século XVIII. Malthus (1798) foi um dos primeiros economistas a projetar as possibilidades de crise sistêmica, haja vista as disparidades, observadas na época, entre a produção de alimentos e crescimento populacional. Os problemas relacionados à renda da terra e aos custos salariais levaram J. S. Mill (1895) a prever um futuro estacionário para a economia capitalista. Em Marx (1978, 2008), é possível encontrar, pelo menos, duas grandes teses gerais sobre o possível desmoronamento deste modo de produção. As leituras mais economicistas do autor apontariam para a tendência permanente de queda da taxa de lucro e para o processo de superacumulação de capital. As leituras mais críticas, apontariam para o impacto deste movimento na formação da consciência revolucionária da classe trabalhadora, orientadas pela ação dos partidos revolucionários (Hilferding, 1988; Lênin, 1914, 1913, 1918).

A ascensão do capital monopolista e financeiro, assim com a emergência das rivalidades capitalistas no final do século XIX, contribuiu para a reformulação das teses sobre o colapso deste modo de produção capitalista. Nas perspectivas de Hilferding (1985), Bukharin (1984) e Lênin (2008), a concorrência colossal entre blocos de capitais centralizados no plano internacional, a formação de alianças interestatais, a necessidade de exportação de capitais e escoamento da produção, a disputa por áreas exclusivas e a corrida armamentista não teria outra consequência senão o aprofundamento das crises e o surgimento da guerra total (Hobsbawm, 1995). Para Luxemburgo (1984), a tendência ao escasseamento de áreas extra ou pré-capitalistas criaria uma severa crise de reprodução do capital social total, reforçando as tendências de catastróficas supracitadas.

Passada a Era da Catástrofe e o breve interlúdio dos “Anos Dourados”, a reemergência dos conceitos de império e imperialismo, bem como as teses sobre a possível ruína do capitalismo, refletem os problemas e contradições da ordem econômica mundial, alicerçada na transnacionalização do capital, na financeirização e no neoliberalismo (Borón, 2007; Foster, 2014; Franco, 2015)². Até 2008, o debate crítico sobre a ordem internacional se apoiava, tanto nas características do domínio absoluto do poder estadunidense, quanto nos problemas econômicos correspondentes à

² Sobre as discussões acerca do imperialismo no pós-guerra, ver: Mattick (2008); Mandel (1982); Kidron (1971); Baran & Sweezy (1974); Duff (1972); Kolko (1972); Hudson (2003); Magdoff (1969); Brown, (1978).

incontrolabilidade do capital transnacional, da crise do mundo do trabalho e dos severos e irreversíveis impactos ambientais da universalização deste modo de vida (Pereira, 2018). Após a crise, contudo, não apenas os problemas ligados ao capital transnacional se aprofundaram, quanto os problemas correspondentes às relações interestatais se intensificaram – haja vista a ascensão da economia chinesa e a formação de blocos de interesse regionais não ocidentais. Esta evolução aponta para a reemergência das rivalidades imperialistas, no quadro da crise estrutural do capital.

Nosso objetivo será, portanto, relacionar a crise estrutural do capital às relações interestatais contemporâneas³. Abordaremos esta relação a partir de dois momentos históricos. O primeiro corresponde à emergência da crise estrutural do capital e a consolidação do poder global estadunidense, verificado entre 1979 e 2008⁴. O segundo coincide com o aprofundamento da crise estrutural e a reemergência das rivalidades imperialistas, a partir da ascensão da economia chinesa no tabuleiro econômico e geopolítico planetário – 2008 em diante.

A tese é que, até 2008, a força centrípeta do poder global estadunidense impedia que a força centrífuga, totalizadora, irresistível e incontrolável do capital global se apresentasse de forma catastrófica. Era como se estivéssemos em uma marcha lenta e gradual em direção à barbárie socioambiental. Adicionam-se, como consequência dos impactos da reemergência das rivalidades imperialistas – no quadro da crise estrutural do capital –, elementos de irreversibilidade e imprevisibilidade ao processo de reprodução sociometabólica do capital em escala mundial após 2008, além do afrouxamento do poder

³ O conceito de crise estrutural definido neste trabalho se refere aos impactos socioeconômicos e ambientais da globalização do capital e do ultra desenvolvimento das forças produtivas nos marcos do sistema capitalista interestatal, conforme apresentado por Meszáros (2002). Ele é totalizante e abrange o problema estrutural de lucratividade correspondente, ou ao crescimento da composição orgânica do capital – com sugerido por Prado, E. (2016) – ou às dificuldades de recomposição da taxa de lucro frente aos custos ambientais, trabalhistas e políticos – como sugerido por Wallerstein (2003 e 2013). Ele não apenas incorpora impacto da automação e das economias transnacionais de escala sobre o desemprego estrutural e a valorização do capital, como realça as consequências civilizatórias das instabilidades e dificuldades reprodução do capital social total.

⁴ Adotamos a definição de imperialismo apoiados na síntese dos autores marxistas clássicos – Lênin, Hilferding, Bukhárin e Luxemburg. Concebemos imperialismo como a fase de clímax dos antagonismos e contradições do modo de produção capitalista, caracterizado pela lógica violenta de conquista – direta e indireta – do capital monopolista/financeiro mediada pela atuação de seus Estados capitalistas. Apoiamo-nos no conceito de sistema interestatal levantado por Ellen Wood (2005), compreendido em termos de cadeia complexa de relações de dominação e subordinação entre Estados territoriais, base para o desenvolvimento de relações de competição/concorrência político-econômico-militar entre os mesmos. O conceito de poder estrutural é derivado das ideias de Susan Strange (1987), que o define a partir da capacidade de um Estado estabelecer os parâmetros estruturais sobre os quais os demais Estados, capitais e instituições operam – basicamente: finanças/moeda, tecnologia/produção, cultura, segurança/força militar. Segundo Panitch & Gindin (2012), o poder estrutural – ou o poder global – estadunidense se fortaleceu com a própria realização do capitalismo global. Tais conceitos se aproximam da categoria superimperialismo, apresentada por Baran & Sweezy (1979), Magdoff (1969) e Hudson (2003). O processo de transnacionalização, por fim, representou, segundo Furtado (1987), o movimento histórico de universalização do modo de vida estadunidense *pari passu* ao enfraquecimento dos Estados Nacionais e pressões crescentes sobre o uso de recursos naturais não renováveis.

estrutural estadunidense. Aceleraram-se, por conseguinte, as tendências destrutivas deste modo de produção.

Na primeira seção abordaremos o conceito de crise estrutural do capital, apoiado, principalmente – mas não somente –, nas contribuições de István Mészáros. Em seguida, analisaremos a relação entre a consolidação do poder global estadunidense – superimperialismo – e a forma de manifestação da crise estrutural. Na terceira seção apresentaremos – de forma mais autoral – a relação entre a ascensão chinesa, a reemergência das rivalidades imperialistas e sua relação com a crise estrutural do capital. Em seguida, nas considerações finais, faremos um balanço crítico do contexto histórico contemporâneo⁵.

A crise estrutural do capital e sistema interestatal

Segundo Meszáros (2002), a crise estrutural do capital tem suas raízes no processo de transnacionalização do capital. A ideia central é que o movimento totalizador da lógica expansiva deste modo de produção deixou de encontrar o seu correspondente necessário em termos políticos, assentado nas instituições e nos mecanismos decisórios das instâncias políticas dos Estados Nacionais. A sua crise não corresponde, entretanto, à crise dos Estados capitalistas – em termos de poder –, mas reforça o polo negativo das relações interestatais (Pereira, 2018).

De antemão, cabe frisar que o Estado, no sistema capitalista, não é uma superestrutura simples, mas uma estrutura totalizadora de comando político do capital com uma superestrutura própria. Enquanto estrutura totalizadora de comando do capital, o Estado é força material integrante da base econômica, contribuindo e garantindo as condições de valorização do capital e extração do trabalho excedente. No plano da superestrutura, o Estado desenvolve mecanismos garantidores da reprodução permanente – e ampliada – do sistema do capital como um todo, através de suas instituições jurídicas, ideológicas, científicas e políticas. Há, portanto, uma relação dialética de simultaneidade, autonomia relativa e codeterminação entre a estrutura de comando político e econômico do capital (Meszáros, 2002, p. 119).

⁵ Este trabalho focaliza suas atenções no poder estadunidense e na dinâmica econômica e geopolítica chinesa. Não abordaremos, nesta primeira aproximação, o movimento russo e da Europa Ocidental dentro do jogo do sistema interestatal e das relações imperialistas. Esta falta, contudo, não retira a centralidade da economia chinesa e do poder estadunidense como determinantes primários das contradições contemporâneas.

Imanente à sua função de garantidor e protetor das condições de reprodução sociometabólica do sistema do capital, o Estado tem como um de seus principais objetivos manter sob controle os antagonismos que emanam dos processos socioeconômicos e políticos internos às unidades econômicas do capital. Ele deve transformar as forças centrífugas, insubmissas e disruptivas das relações antagônicas num sistema estruturante e totalizante, mediante uma estrutura de comando viável às instâncias particulares de reprodução do sistema do capital (Meszáros, 2002, p. 107, 124-5).

A característica marcante da globalização do capital é a emergência de uma profunda dissonância entre as estruturas de comando – Estado – e a estrutura reprodutiva do capital⁶. Esta dissonância originou-se das rupturas das unidades sincrônicas existentes entre a produção do capital e o seu controle, entre a produção da riqueza social e o seu consumo e entre a produção de valor e sua circulação, engendrada pela transnacionalização econômica – protagonizada pelas grandes corporações (Pereira, 2018).

Quanto à primeira ruptura, o desenvolvimento dos monopólios globais e a socialização da produção em escala planetária entraram em rota de colisão com os limites geográficos dos Estados Nacionais. Este antagonismo pôs em xeque a capacidade dos mesmos em assegurar o domínio e reprodução da força de trabalho e dirimir o conflito entre classes antagônicas. Ele também impôs novos desafios e soluções imperialistas destinadas a sancionar e proteger os meios de produção alienados, garantir mecanismos de transmissão de propriedade e impor mecanismos institucionais legais necessários às garantias de rentabilidade e circulação do capital (Wood, 2005, p. 03-05; Meszáros, 2002, p. 108, 125).

Quanto à segunda, as escalas globais de produção tornaram-se superiores à capacidade real e efetiva de consumo dos grupos sociais diretamente incluídos na lógica de reprodução sociometabólica do sistema do capital, ultrapassando os limites das necessidades imediatas individuais. No plano econômico global, o papel do Estado como comprador direto e redistribuidor permanente da riqueza social – sob a forma de gastos correntes, novos investimentos e políticas de bem-estar social – foi anulado. No plano político, a restrição de sua capacidade de apropriação e redistribuição da riqueza social

⁶ “O Estado moderno – na qualidade de comando político abrangente do capital – é, ao mesmo, tempo pré-requisito necessário da transformação das unidades inicialmente fragmentadas do capital em um sistema viável, e o quadro geral para completa articulação e manutenção deste último como sistema global (MESZÁROS, 2002, p. 124).

simbolizou a crise das funções reguladoras que reforçavam a dominação moral do capital contra as forças políticas desafiadoras (Meszáros, 2002, p. 110).

Quanto à terceira ruptura, a circulação do capital em escala transnacional entrou em rota de colisão com as estruturas nacionais fragmentadoras do sistema do capital – seja pelos diferentes padrões legais, seja pelas políticas aduaneiras assimétricas, seja pelas diferentes e variáveis cotações cambiais. A resposta dos países economicamente avançados foi reforçar as relações de dominação e subordinação dos países subdesenvolvidos ao sistema interestatal de modo a maximizar a exploração internacional do capital no âmbito da concorrência global. Por um lado, esta resposta reforçou o autoritarismo dos Estados metropolitanos sob a liderança estadunidense, por outro, ela desencadeou um espiral regressivo do padrão de vida da classe trabalhadora, levando a tendência, ainda que contraditória e de longo prazo, à equalização da taxa de exploração da força de trabalho mundial pelo piso (Wood, 2005, p. xi; Meszáros, 2002, p. 113).

Resumindo, o processo de transnacionalização levou à constituição do capital global desprovido de uma adequada unidade de comando, incapaz de sincronizar – pelas instâncias supracitadas – o movimento contraditório e autoexpansivo do capital, uma vez que não eliminou nem os Estados capitalistas enquanto individualidades intranscendíveis, nem seus limites geográficos, nem as disputas interestatais. Estes antagonismos impediram a constituição de uma superestrutura política inquestionável e forte o suficiente para compatibilizar a acumulação estável e permanente e a reprodução minimamente equitativa e homogênea do capital em termos geográficos e sociais, impondo uma racionalidade universal a este processo.

A impossibilidade de planejamento universal – que supere a racionalidade parcial do capital global – obstaculizou o avanço sincrônico do capital e restringiu significativamente a capacidade estatal de impor limites a seu movimento contraditório e de remediar seus impactos socioeconômicos e ambientais. Manifestado pela contradição crescente entre o acirramento da concorrência e o fortalecimento dos monopólios globais, entre a socialização do trabalho e apropriação privada, geográfica e discriminatória do produto social e entre a formação da *economia mundial* e o desenvolvimento desigual e combinado dos países capitalistas, o clímax do antagonismo mundial entre Estados e capitais engendrou, ao movimento expansivo e totalizador do capital global, a incontrolabilidade absoluta (Michalet, 1983, p. 259-60; Meszáros, 2002, p. 258).

Incapaz de realizar a determinação totalizadora do sistema do capital, desprovido de um Estado supranacional garantidor de um sistema global plenamente integrado, a

lógica de funcionamento do capital global tornou-se irrestringível, eliminando as condições relativamente inabaláveis de reprodução sociometabólica do sistema. Além de totalizador, estruturante, singular, autoexpansivo e irresistível, o capital global transformou-se em forma incontrolável de controle sociometabólico, apoderando-se e, ao mesmo tempo, perdendo o controle sobre os processos e tomadas de decisão. A incapacidade de impor limites a este modo de produção incontrolável criou um círculo vicioso trágico no decorrer histórico dos ciclos sucessivos de reprodução da vida humana.

A crise estrutural do capital, no entanto, não representou a crise do sistema interestatal, nem dos Estados territoriais capitalistas, mas o desenvolvimento de sua face negativa. Incapaz de controlar os meios e os fins do desenvolvimento socioeconômicos, a lógica de sobrevivência dos Estados capitalistas manifesta-se, no plano superior, pelo estímulo acelerado à internacionalização de suas corporações como forma de garantir fatias no mercado mundial, acesso a inovações tecnológicas e organizacionais e excedentes econômicos advindos da exploração do trabalho ao nível global. No plano inferior, esta lógica se manifestou mediante a disputa acirrada pela atração de investimentos externos – diretos e indiretos –, impactando negativamente sobre a homogeneização do nível de vida e sobre as receitas fiscais, financeiras e aduaneiras estatais (Pereira, 2018).

Não disposto a renunciar à proteção oferecida pelos Estados capitalistas metropolitanos, o *modus operandi* do capital global reforçou a hierarquia e as relações imperialistas do sistema interestatal e as forças de coerção extraeconômicas⁷. No plano inferior, ela foi estabelecida pela imposição de ajustes estruturais e adoção de medidas neoliberais aos países dependentes e subdesenvolvidos. Adicionalmente, criam-se mecanismos de vigilância permanente sobre os países não aliados e subdesenvolvidos – apoiado por forças coercitivas diretas e indiretas –, com base nos parâmetros legais, políticos, institucionais e socioculturais necessários à livre circulação do capital. No plano superior, ela é estimulada pela interpenetração do capital dentro da ordem econômica global, estabelecida pelos parâmetros militares, monetários, produtivos, financeiros e tecnológicos construídos e consolidados pelo projeto de poder estadunidense (Furtado, 1987, p. 103 e 137; Meszáros, 2002, p. 111 e 229; Wood, 2005, p.16, 139).

⁷ “But, more particularly, capitalist imperialism even in its most mature form requires extra-economic support. Extra-economic force is clearly essential to the maintenance of economic coercion itself” (Wood, E., 2005, p. 04). “As the gap between the economic reach of capital and the extra-economic reach of territorial states grows wider, imperial powers, and the US in particular, have experimented with new forms of extra-economic force to deal with the contradiction” (WOOD, 2005, p. 25).

Concretamente, a lógica incontrolável de reprodução sociometabólica do capital se manifestou pela imposição e universalização do estilo de vida criado e difundido pelos Estados Unidos, caracterizado, dentre outros aspectos, pela mundialização das economias de escala, pelo uso predatório dos recursos naturais não renováveis e pela uniformização desigual do padrão de consumo. Transnacional, globalizado e incontrolável, a universalização desta trajetória de desenvolvimento civilizacional estabelecida pelo capital global em comunhão com os Estados Metropolitanos – sob a liderança e o poder estrutural estadunidenses – vem alcançando os limites das fronteiras ecológicas do planeta. Este padrão irresistível e irrestringível de reprodução sociometabólico põe em crise o próprio intercâmbio social entre a humanidade e a natureza, levando à sua degradação e, conseqüentemente, à devastação social (Furtado, 1987, p. 190; Wallerstein, 2013, p. 23).

A difusão universal da alienação e da reificação, a incapacidade em contornar os efeitos sociais das economias transnacionais de escalas e do processo de automação, a insustentabilidade ambiental e a incontrolabilidade total do capital global são os fundamentos da crise estrutural do sistema do capital. A impossibilidade, dentro do sistema interestatal, de suavizar os antagonismos internos ao capital global – decorrentes da própria incapacidade de se constituir uma estrutura planetária de comando – multiplicou os efeitos nocivos e destrutivos deste sistema e ativou os limites absolutos deste modo de produção por colocar em xeque as próprias condições de existência da vida humana terrestre. É por estes motivos que o sistema do capital, nas palavras de Meszáros (2002), atingiu o “zênite contraditório de maturação e saturação”, tornando-se impermeável a reformas efetuadas pelos Estados capitalistas (p. 91-104, 212).

Crise estrutural do capital e consolidação do poder global estadunidense

Contraditoriamente, o processo de transnacionalização, a ascensão da empresa global e o enfraquecimento dos Estados Nacionais – via desmantelamento e extenuação dos centros decisórios dos sistemas econômicos nacionais – foram acompanhados pelo fortalecimento estrutural dos Estados Unidos dentro do sistema interestatal – entre 1979 e, pelo menos, até a crise de 2008. As décadas de integração econômica ao redor do sistema americano consolidaram os parâmetros estruturantes da economia global – em que operam os Estados, suas instituições e corporações – sob o domínio estadunidense. O fortalecimento do seu poder estrutural resultou de sua capacidade de exercer o controle

sobre a segurança mundial – mediante o uso da violência direta e indireta e o acesso a recursos estratégicos –, de determinar a estrutura financeira e monetária – estabelecendo o parâmetro universal de valor e o poder de compra necessário à realização da produção mundial –, de controlar direta e indiretamente o sistema global da produção e distribuição de valores e de validar o paradigma subjacente ao conhecimento mundial – difusão de técnicas, ideias, valores, culturas e informações (Strange, 1987, p. 565-7; Wood, 2005, p. 124-135).

O exercício da segurança mundial executado pelos Estados Unidos se materializou sob diversas formas. Desde a segunda metade do século XX, os Estados Unidos expandiram significativamente o orçamento e o gasto em defesa, desenvolveram diversas armas bélicas, aumentaram desproporcionalmente a produção de armas de destruição em massa, multiplicaram a construção de bases militares ao redor do planeta, ampliaram a superioridade bélica frente aos países capitalistas avançados e consolidaram o acesso direto e indireto a fontes de matérias-primas e recursos naturais – seja via intervenção militar, seja via diplomacia do dólar, seja pela atuação de suas corporações (Pereira, 2018).

Os Estados Unidos consolidaram sua capacidade de criação de liquidez internacional, reafirmando o seu poder de interferir sobre a taxa de expansão e retração do crédito global – tornando-se o banco do mundo. Sua moeda disseminou-se através dos acordos de Bretton Woods, da explosão do Eurodólar, da reciclagem dos petrodólares e do financiamento dos países subdesenvolvidos e socialistas. Desde 1971, os Estados Unidos passaram a operar no sistema de pagamentos internacionais sem a necessidade de reservas. Eles impuseram o padrão monetário *US Treasury Bill* e construíram um poder financeiro do tipo *debt-oriented*, convencendo o mundo a direcionar os capitais e as reservas internacionais para suas praças financeiras – lastreando sua política externa e o crescimento do seu mercado interno (HUDSON, 2003, p. 35).

O crescimento de Nova York como mercado de ações e de capitais, a importância ascendente dos títulos do Tesouro, a emergência dos investidores institucionais e a crescente participação dos capitais estrangeiros em seus mercados financeiros consolidaram os Estados Unidos como centro financeiro do mundo. A intensificação da relação público-privado no setor financeiro, o desenvolvimento de mecanismos liberalizantes de regulação e a construção de um aparato institucional e legal no plano doméstico e internacional – a partir dos marcos técnicos e jurídicos estadunidenses – foram características marcantes deste processo (Panitch & Gindin, 2012, p. 149).

Os Estados Unidos – em consonância com suas corporações transnacionais – mantiveram-se como o centro criador e irradiador do padrão cultural-tecnológico. Em função dos elevados gastos em P&D e em defesa, da importância dos investimentos realizados pelo Pentágono, pela NASA e pelo Departamento de Saúde, por conta do papel desempenhado pelo Complexo Científico Industrial Militar, das pesquisas realizadas pelas diversas universidades e do progresso tecnológico financiado pelas corporações e mercados de capitais, os Estados Unidos permaneceram como o epicentro da inovação tecnológica do mundo capitalista. A institucionalização do sistema nacional de inovações foi imprescindível para o surgimento e desenvolvimento de setores novos e estratégicos como os de tecnologia espacial, de energia nuclear, de biotecnologia, de indústria farmacêutica, de mineração oceânica, de microcomputadores, de telecomunicações, de automação fabril e de processamento de dados (Strange, 1987, p. 570; Panitch & Gindin, 2012, p. 148).

O tamanho de sua economia ratificou seu mercado interno como o principal lócus de avaliação e validação dos critérios de criação e difusão da inovação tecnológica – tanto ao nível da produção quanto ao nível do consumo. As leis, os padrões técnicos e as estratégias de marketing e venda são, primeiramente, realizados neste país para posteriormente serem lançados mundialmente. A partir de suas corporações transnacionais, os Estados Unidos conseguiram impor seu estilo de vida e seu padrão tecnológico ao resto do mundo, levando à uniformização dos padrões de consumo em escala planetária (Pereira, 2018).

Apesar do acirramento da concorrência global, as corporações transnacionais com sede nos Estados Unidos estiveram, majoritariamente, entre as grandes corporações globais, com importância significativa na produção de bens e serviços formadores do PIB mundial – além de serem líderes em diversos setores estratégicos. O volume de seus investimentos externos diretos continuou expressivo frente aos investimentos externos de outras nações (Strange, 1987, p. 567).

A síntese entre a imposição do “mundo livre” enquanto estratégia ideológico-militar e a internacionalização das corporações estadunidenses resultou na projeção de sua superestrutura institucional para além dos seus limites geográficos. Ela se constituiu pela imposição do seu sistema mundial de segurança e pela institucionalização de aspectos legais, de padrões contábeis e de marcos regulatórios – como as leis internacionais de direitos de propriedade – ao redor do mundo capitalista. A superação destes limites geográficos nacionais e sua consolidação ao nível mundial representou a

universalização da trajetória de desenvolvimento estabelecida a partir da consolidação do seu poder global e das estratégias de expansão e acumulação de suas corporações. Pelo lado dos Estados capitalistas, a propagação do sistema americano suscitou mudanças nas estruturas institucionais da política nacional, dos hábitos culturais, do sistema de comunicação de massa, da opinião pública, do sistema educacional, das relações jurídicas e das forças armadas (Ribas, 2001, p. 45; Furtado, p. 141; Fernandes, 1973, p. 24).

Por conseguinte, o fortalecimento do poder estrutural cimentou o controle estadunidense sobre o padrão, o sentido, o ritmo e a intensidade de desenvolvimento civilizacional. Se por um lado, a gestão do sistema de segurança – jurídica e militar – e a faculdade de criação e difusão do progresso técnico-cultural estabeleceram uma determinada trajetória, por outro, o controle da moeda e a institucionalização da concorrência global transnacional por suas corporações estabeleceram uma determinada cadência ao movimento incontrolável de expansão e retração. Enquanto o processo de transnacionalização econômica facilitou a consolidação do poder global do Estado norte-americano, a constituição desta superestrutura criou as condições para que as grandes corporações transnacionais desfrutassem de considerável autonomia, nos marcos de uma desenfreada concorrência mundial (Ribas, 2001, p. 45; Furtado, p. 141; Fernandes, 1973, p. 24).

A consolidação da ordem multilateral, integrada, seletiva e progressivamente liberal ao redor do dólar e de suas corporações sufocaram as possibilidades de desenvolvimento capitalista autônomo dos países capitalistas subdesenvolvidos, além de limitarem as estratégias dos antigos países socialistas independentes frente à potência soviética – com exceção da China. O acesso ao crédito, à tecnologia e aos recursos naturais subordinaram-se aos “fundamentos econômicos”, à “estabilidade política” e à capacidade de gerar saldos comerciais em moeda forte. A consolidação do poder global estadunidense limitou, por si mesma, os movimentos revolucionários que eclodiram neste período. Quanto aos países economicamente avançados, vale ressaltar que o resultado de décadas de integração comercial, produtiva e financeira multilateral e de mimetização do padrão cultural-tecnológico estadunidense foi o dismantelamento dos contornos nacionais e o crescimento das dificuldades de coordenação dos centros de decisão (Furtado, 1987, p. 136-7; Hudson, 2004, p. 165; Wood, 2005, p. 132; Panitch & Gindin, 2012, p. 04).

O resultado mais significativo da consolidação do poder global estadunidense e do processo de transnacionalização econômica foi a emergência da natureza contraditória

do Estado nos marcos do capitalismo global. Se a internacionalização da superestrutura estadunidense o fortaleceu o suficiente para impor a trajetória de desenvolvimento civilizacional mediante a centralização dos parâmetros e a ascensão do Shopping Center Global, as instâncias corporativas e transnacionais de decisão quanto à alocação de recursos humanos, produtivos e financeiros enfraqueceram consideravelmente a capacidade dos Estados capitalistas – inclusive o norte-americano – de estabilizar e direcionar o processo de acumulação para fins menos privados e espoliativos, além de contornar seus efeitos predatórios e concentradores (Barnet e Muller, 1974; Pereira, 2018).

A crise estrutural do capital se manifestou, entre 1979 e 2008, por meio do antagonismo entre o movimento centrífugo desencadeado pelo capital transnacional e o movimento centrípeto estabelecido pelo poder estrutural estadunidense dentro do sistema interestatal. Esta contradição impediu que as tendências implosivas do sistema se manifestassem de forma catastrófica. Enquanto persistiu o superimperialismo estadunidense, a longa marcha civilizacional em direção à barbárie ocorreu a passos curtos – de forma lenta e gradual.

Ascensão chinesa, rivalidades imperialistas e crise estrutural

O acontecimento mais significativo do início do século XX é, sem dúvidas, a ascensão da China na ordem econômica e geopolítica mundial. A dialética do “desenvolvimento” chinês corresponde ao fato de que, por um lado, a economia chinesa foi um dos pilares de sustentação da ascensão da ordem transnacional e, por outro, ela criou um modelo de crescimento expansivo e diametralmente oposto ao padrão financeirizado e neoliberal.

A sustentação da ordem transnacional, pela economia chinesa, se apoiou em três alicerces: i) lócus privilegiado de destino dos investimentos diretos externos, dentro do contexto de internacionalização produtiva, epicentro da constituição das cadeias globais de valor⁸; ii) oferta diversificada e global de bens de consumo a preços módicos, mediante economias transnacionais de escala, câmbio depreciado e baixos custos fiscais e

⁸ As revoluções tecnológicas, a ascensão do conflito distributivo, a desaceleração econômica, a importância crescente dos lucros extranacionais no balanço das grandes corporações, a intensificação da concorrência intercapitalista, os questionamentos e a reafirmação do poder estadunidense – se seus impactos comerciais e cambiais – impulsionaram internacionalização da estrutura de produção e comercialização de bens finais e intermediários das corporações multinacionais – dos países economicamente avançados em direção a países subdesenvolvidos, com vantagens cambiais, fiscais e trabalhistas.

trabalhistas; iii) reforço e retroalimentação do circuito monetário e financeiro, mediante a reciclagem de seus superávits externos via compra de títulos públicos estadunidenses.

A China se inseriu nas ondas de internacionalização do sudeste asiático, impulsionadas, inicialmente, pelo Japão e depois pelos Estados Unidos e Tigres Asiáticos de primeira geração. Criou-se, ao longo do tempo, um sistema de produção e comercialização transnacional. Sinteticamente, a China se concentrou na exportação de bens de consumo finais, a partir da importação de bens de capital – do Japão e da Coreia do Sul –, de peças, partes e componentes – de diversos países do sudeste asiático –, e de commodities – do restante dos países primário-exportadores. O déficit comercial na Ásia e em alguns países primário-exportadores foi compensado sobremaneira pelo superávit comercial verificado junto aos países ocidentais – principalmente Estados Unidos e Europa Ocidental. O sudeste asiático, em particular a China, se tornou o principal eixo das cadeias globais de valor (Palma, 2004; Medeiros, 1997, 2006; Hobsbawm, 1995).

O impacto deflacionário das exportações chinesas contribuiu tanto para a estabilização monetária dos países ao redor do mundo quanto para reforçar as narrativas ortodoxas referentes aos ganhos econômicos das medidas de natureza neoliberal⁹. Desconsiderando a repercussão da transnacionalização do capital e da integração das economias do sudeste asiático – especialmente chinesa – na ordem econômica internacional, a estabilidade monetária foi apreendida como o resultado do vínculo entre a abertura comercial e a melhorias dos termos de troca decorrentes da especialização baseada nas vantagens comparativas. A drástica redução das barreiras tarifárias, assim como a eliminação de restrições comerciais quantitativas, criou uma aparente sensação de bem-estar e, conseqüentemente, limitou a adoção de políticas destinadas à elevação dos salários reais¹⁰.

A reciclagem dos crescentes superávits de balança de pagamentos pela China em direção aos títulos públicos estadunidenses, por fim, concorreu para a manutenção dos juros mundiais em patamares declinantes, bem como para a perpetuação das bolhas financeiras. Por um lado, a maximização do valor acionário pelas instituições financeiras e corporações não financeiras foi potencializada, por outro, os níveis diminutos de remuneração do capital a juros módicos estimularam os fluxos de investimentos externos

⁹ A taxa média anual de inflação nos Estados Unidos, entre 1990 e 2008 foi de, aproximadamente, 2,67% ao ano, segundo o Índice de Preços ao Consumidor (CPI), divulgado pelo U.S. *Bureau of Labor Statistics*. Como a taxa de juros neste período foi declinante e os déficits fiscais, constantes, a ausência de restrições externas e as benesses do comércio internacional transnacional foram favoráveis ao patamar rasteiro do nível geral de preços dos Estados Unidos.

¹⁰ Entre as décadas 1980 e a década de 2000, a tarifa média caiu de, aproximadamente, 10-15% para 4-5%, segundo os dados do Banco Mundial.

– principalmente os de portfólio e especulativos. A oferta abundante de capitais reforçou as ações em direção à liberalização e desregulamentação financeira ao redor do mundo (Leão, 2009)¹¹.

No plano nacional, o modelo de crescimento chinês se apoiou em ações diametralmente opostas àquelas preconizadas pelo Consenso de Washington. Favorecida pelo conflito geopolítico entre Estados Unidos e União Soviética, as reformas econômicas estimuladas por Deng Xiaoping gozou de posição privilegiada quanto à discriminação comercial, financiamento e investimento externo – reforçado, sequencialmente, pela constituição das Zonas Econômicas Especiais. Enganam-se, entretanto, os que creditam o sucesso do modelo a supostas aberturas, privatizações, desregulamentações e liberalizações em direção à economia de mercado. As quatro grandes modernizações – agrícola, industrial, tecnológica e militar – ocorreram mediante reformas graduais em que o núcleo industrial e os preços-chave da economia continuaram sob o controle central – enquanto os preços não essenciais iam sendo, paulatinamente, liberalizados (Cintra e Pinto, 2017; Weber, 2023).

A gradual “marquetização” da economia ocorreu sem que o Estado chinês renunciasse ao controle das principais variáveis macroeconômicas. A base estatal do seu sistema financeiro e o rígido controle de capitais permitiram que a China adotasse taxa de juros rasteiras e câmbio estável e depreciado. Na dimensão produtiva, a estratégia de *joint venture*, somada à constituição de centenas de conglomerados estatais, possibilitou a modernização do aparelho produtivo, a introdução de novos setores industriais e a orientação pública dos investimentos, mediante os Planos Quinquenais. O modelo de “crescimento” chinês, dessarte, combinou industrialização, drive exportador e expansão do mercado doméstico, mediante direcionamento estatal (Medeiros, 2010; Leão, 2009; Weber, 2023).

Medeiros (2010) foi enfático no destaque do investimento doméstico como força dominante no crescimento econômico chinês. Ainda que a aceleração das exportações tivesse contribuído no sentido de contornar as restrições externas, expandir a demanda agregada e permitir a importação de bens essenciais, do ponto de vista dos componentes da demanda agregada, os investimentos domésticos foram responsáveis, ao longo das décadas de 1990 e 2000, por aproximadamente 40% da composição do PIB. Os gastos em infraestrutura arrastaram os investimentos na indústria pesada – ferro, aço, cimento,

¹¹ Quase 70% das reservas cambiais chinesas, que superaram 3 trilhões de dólares em 2023, são compostas por títulos do Tesouro Americano (SAFE, Tesouro e FMI).

alumínio e químico –, bem como o consumo doméstico, implicando no crescimento acelerado do mercado doméstico. Dentre os impactos sobre as contas externas, destaca-se a importância crescente da importação de commodities agrícolas, energéticas e industriais para a continuidade da expansão da economia chinesa.

As consequências do modelo chinês são de amplo conhecimento: elevadas taxas de expansão do PIB, rápido crescimento da renda per capita, segunda maior economia mundial, principal exportador e importador do planeta, país com maior volume de reservas, principal parceiro comercial e credor dos Estados Unidos. O resultado foi o deslocamento parcial do eixo comercial, produtivo e financeiro do ocidente para o sudeste asiático. A dialética do “desenvolvimento” chinês se apresenta, portanto, como a contradição entre interdependência e relativa autonomia com relação à economia mundial (Pinto, 2011; Medeiros, 2010).

Desde a crise mundial de 2008, a China vem alterando suas estratégias econômicas e geopolíticas com o propósito de projetar internacionalmente a sua proeminência econômica, diplomática e militar; intensificar os investimentos em pesquisas e desenvolvimento (P&D) – destinados a assimilar plenamente a tecnologia das indústrias de ponta –; e transitar para um modelo de crescimento doméstico baseado no consumo, ante o investimento. Dentre as principais ações fomentadas por esta nova estratégia, destacam-se: o crescimento do gasto em P&D, o aumento das exportações de produtos com maior conteúdo tecnológico, a expansão dos investimentos diretos externos – principalmente em setores ligados à energia, alimentos e bens intermediários –, a criação de projetos transcontinentais de infraestrutura, as tentativas de internacionalização do renminbi, a expansão dos gastos em defesa e a formação de blocos econômicos e zonas monetárias especiais. Visto de longe, a estratégia chinesa visa integrar a economia mundial no seu entorno, subordinando-a ao seu projeto nacional (Diegues e Roselino, 2021; Cintra e Pinto, 2017; Medeiros e Majerowicz, 2024).

Por conseguinte, a ascensão da economia chinesa e suas estratégias geopolíticas e econômicas estão no cerne da reemergência das rivalidades imperialistas, uma vez que ela é a única potência capaz de confrontar os Estados Unidos em termos militares, ideológicos e econômicos (Chengqiu, 2020). Desde a ascensão de Donald Trump, a posição estadunidense frente à China transitou de um parceiro estratégico para um rival a ser bloqueado. Se a integração entre as economias estadunidenses e chinesas robusteceu a transnacionalização, o neoliberalismo e o processo de financeirização, ela também revelou a fragilidade do Estado Nacional americano no que diz respeito à capacidade de

mediar meios e fins. O crescimento da economia estadunidense nas últimas décadas ocorreu *pari passu* à concentração de renda, desindustrialização, desmantelamento da infraestrutura, déficits externos, carência de serviços públicos e empobrecimento.

Estamos diante, dessarte, da fragilização do poder estrutural estadunidense. Observam-se fissuras no exercício de segurança mundial e nas instâncias multilaterais, de gestão e coordenação, além do enfraquecimento da superestrutura supranacional estadunidense. Ampliaram-se as dificuldades e ações diplomáticas objetivando estabilidade regional e garantias de recursos estratégicos – limitação do seu sistema de segurança. Se a centralidade bélica e financeira estadunidense ainda são pilares sólidos de sua proeminência global, as movimentações chinesas no plano comercial, produtivo, monetário e tecnológico são fontes de preocupação ao Estado norteamericano – aspectos da fragilização do poder global (Diegues e Roselino, 2021; Cintra e Pinto, 2017).

O banimento de empresas de tecnologia chinesas dos Estados Unidos, as restrições de acesso à tecnologia de ponta – em especial, os semicondutores –, as sanções comerciais e tarifárias, as iniciativas de desacoplamento das cadeias de valor, as punições a empresas e indivíduos chineses, a adoção e fortalecimento de alianças estratégicas na Europa Ocidental, Indo-Pacífico e Oceania, as incursões militares estadunidenses sobre as áreas de influência chinesas e os movimentos de pressão diplomática em órgãos supranacionais e multilaterais foram algumas das principais ações realizadas pelos Estados Unidos contra a expansão chinesa.

A China respondeu com: retaliações tarifárias; aprofundamento de acordos monetários e comerciais junto a parceiros estratégicos; aceleração de investimentos diretos estratégicos; acordos destinados à construção de infraestrutura comercial e produtiva transnacional; aceleração de investimentos buscando atingir autonomia tecnológica; sanções a indivíduos e empresas estadunidenses; ampliação da presença militar no Mar do Sul e no Estreito de Taiwan; elevação do tom crítico contra a campanha de difamação estadunidense nas instâncias multinacionais; restrição à exportação de matérias-primas críticas para os Estados Unidos – como as terras raras.

A tendência será a polarização do mundo em torno destas duas grandes potências (Chengqiu, 2020). Ainda que a China pratique um suposto “socialismo de mercado”, sua dependência frente ao mercado mundial impede que seu modelo de desenvolvimento prescindia da lei do valor. Sua ascensão não alterou a natureza da hierarquia das relações interestatais, nem mesmo criou condições de desenvolvimento autônomo dos países subdesenvolvidos – parceiros comerciais e receptores de investimentos externos.

Subordinada a um projeto estritamente nacional, a diplomacia do diálogo e do jogo de ganha-ganha exercida pelo Estado chinês pode esconder um imperialismo do tipo silencioso, que seduz e envolve os seus parceiros, antes de mostrar seus tentáculos.

Resta-nos relacionar a reemergência das rivalidades à crise estrutural. O nosso ponto é que a reemergência das rivalidades imperialistas acelera e aprofunda a crise estrutural do capital, uma vez que amplifica, no plano mais geral, os antagonismos expressos na primeira seção. A dialética do desenvolvimento chinês dentro do mundo transnacional e financeirizado tende a enfraquecer a força centrípeta da superestrutura estadunidense, sem se criar uma unidade adequada de comando no plano global. A economia global se apresenta fissurada e em desalinho, parcialmente integrada, parcialmente desarticulada. Se a China mantém absoluto controle das unidades de produção e controle do capital, ela reforça a dissonância desta relação no restante do mundo – cada vez mais dependente das decisões estratégicas do Estado norteamericano e chinês¹².

O antagonismo entre a capacidade de produção e consumo é levado ao extremo. Por um lado, a China amplifica a tendência à superprodução de capital¹³, revitalizando a necessidade de exportação de mercadorias e de investimentos diretos ao redor do mundo – o que reforça a tendência de aumento da importação de insumos e bens de capitais do mundo frente à China¹⁴. Por outro lado, sua estratégia de desenvolvimento reproduz, para uma sociedade continental composta por bilhões de seres humanos, o *american way of life*, alicerçado nas economias transnacionais de escala, no consumo privado de bens supérfluos e obsoletos e no uso intensivo de recursos naturais não renováveis. Tanto este aspecto quanto a corrida autofágica pelo crescimento aceleram a crise ambiental, uma vez que subordinam os investimentos em “tecnologia verde” à proeminência da competição pelo crescimento¹⁵. O elemento de irreversibilidade é adicionado às características supracitadas do capital transnacional.

¹² Se, por um lado, os investimentos diretos chineses contribuem para a elevação da taxa de formação bruta de capital fixo nos países receptores – acelerando, em primeira instância, o crescimento econômico –, por outro, contribuem para a maior desnacionalização das economias receptoras e tendência a deterioração da balança de pagamentos, no que se refere ao fluxo de renda – ligado a diversas formas de remuneração do capital estrangeiro. Os centros internos de decisão do país receptor se enfraquecem, em detrimento das estratégias nacionais do Estado chinês.

¹³ Capacidade instalada acima do consumo corrente.

¹⁴ Segundo fontes oficiais, o superávit comercial chinês superou um trilhão de dólares em 2024. A lógica comercial mercantilista de um país comercialmente hegemônico também é fruto de instabilidades macroeconômicas. Se as contas externas, no mundo globalizado, são essenciais para o crescimento dos países, o saldo comercial positivo chinês também contribui para a volatilidade nos níveis de crescimento dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

¹⁵ Segundo as estimativas do *Climate Policy Estimative*, os investimentos em energias renováveis entre 2021-2022 atingiram o patamar de 1,8 trilhões de dólares – próximo de 1% do PIB mundial. O mundo precisaria gastar, até 2030, algo em torno de 8,6 trilhões, o que representaria uma média anual de algo em torno de 2,5% do PIB. Ainda que a China seja líder nestes investimentos, a baixa taxa de investimento mundial e a lógica de investimento doméstico com

O antagonismo entre a produção e a circulação do valor, por fim, também é amplificado, haja vista os impactos geopolíticos e macroeconômicos das rivalidades. As guerras e intervenções em regiões economicamente estratégicas, os problemas globais de abastecimento e logística, o desacoplamento das cadeias de valor e as crescentes oscilações nos níveis de preços e dos ativos financeiros daí decorrentes, tendem a gerar imprevisibilidade ao movimento já totalizador e irresistível do capital global.

O quadro exposto remonta, em boa medida, o ambiente de conflitos observado no final do século XIX e início do século XX. O acirramento da concorrência entre capitais e Estados Nacionais, a formação de alianças estratégicas, a constituição de zonas de influência, a corrida armamentista e a disputa por recursos estratégicos e lócus privilegiado para investimentos estão no cerne desta quadra histórica, tanto quanto estiveram há mais de cem anos atrás. As consequências podem ser, além de brutais, catastróficas.

Considerações finais

Diferentemente das previsões cataclísmicas sobre a crise final do capitalismo realizadas ao longo últimos séculos, as características do capitalismo transnacional apontam para um possível colapso do sistema, não em termos de derrocada automática do modo de produção capitalista, mas termos de desmoronamento das condições básicas de existência da espécie humana no planeta.

Os fundamentos desta tese se apoiam no antagonismo entre as unidades de reprodução e comando do capital, haja vista as limitações dos Estados Nacionais e a dimensão do capital transnacional. A incontabilidade do capital, neste nível de acumulação e desenvolvimento das forças produtivas, limita as ações destinadas a contornar a crise social e ambiental, que se avoluma ao longo de quatro décadas de financeirização e neoliberalismo. Estas tendências, entretanto, eram enquadradas em uma superestrutura internacional construída desde o pós-guerra pelos Estados Unidos. A consolidação do superimperialismo estadunidense impediu que as forças centrífugas do capital transnacional se apresentassem de forma diretamente catastrófica. Este quadro se alterou desde a ascensão da China na ordem econômica e geopolítica internacional.

inexpressiva troca tecnológica entre nações limitam as possibilidades de soluções adequadas para o problema da reemergência climática.

A maior dependência das economias em relação ao comércio e investimento internacional – principalmente chinês e norteamericano –, os problemas de superprodução de capital e de reprodução ampliada do modo de vida estadunidense, a negligência e subsunção das políticas ambientais frente a corrida autofágica pelo crescimento a qualquer custo, os problemas de logística, de abastecimento e de desintegração das cadeias globais de valor e as oscilações crescentes do nível geral de preços e dos ativos financeiros revelam um capital transnacional, não apenas incontrolável, totalizador, irresistível e irrestringível, mas também imprevisível e irreversível. A estas tendências, somam-se as clássicas, derivadas das rivalidades imperialistas: conflitos entre grandes blocos de capitais monopolistas/financeiros; construção de alianças interestatais; constituição de zonas de influência e espaços privilegiados de comércio e exportações de capitais; relações de dominação e dependência; carências e convulsões sociais; violência, guerras e revoluções.

A correlação entre crise estrutural do capital e reemergência das rivalidades imperialistas implica, por conseguinte, um possível encurtamento do tempo histórico da longa marcha da espécie humana em direção à catástrofe socioambiental.

Bibliografia

- BARNET, R. & MULLER, R. “*Global Reach: The Power of the Multinational Corporation*”. New York: Simon and Schuster, 1974.
- BORÓN, A. A. (2007). “*A questão do imperialismo*”. Em: CLACSO (Ed.). *A teoria marxista hoje.: Problemas e perspectivas*. Buenos Aires: Clacso, 2007. p. 501-527. (Campus Virtual). Disponível Online em: [http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/formacion-virtual/20100715085933/cap23.p df](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/formacion-virtual/20100715085933/cap23.pdf).
- BROWN, M. B. *A Economia política do imperialismo*. Local: Rio de Janeiro Editor: Zahar Ed. Ano: 1978.
- BUKHARIN, N. I. “*A Economia Mundial e o Imperialismo*”; tradução de Raul de Carvalho. – São Paulo, Abril Cultural, 1984. (Os Economistas).
- CHENGQIU, W. *Ideational Differences, Perception Gaps, and the Emerging Sino–US Rivalry*. *The Chinese Journal of International Politics*, 2020, 27–68.

- DIEGUES, A. C. & ROSELINO, J. E. (2021). *Política industrial, tecno-nacionalismo e indústria 4.0: a guerra tecnológica entre China e EUA*. Textos Para Discussão nº 401. Instituto de Economia/UNICAMP.
- DUFF, R. (1972). “*Pentagonism or Imperialism*”. In: SCHILLER, I. H & PHILLIPS, J. (Org). “*Super State: Readings in the Military-Industrial Complex*”. University of Illinois Press, 972.
- FATEMI, N. S. & WILLIAMS, G. W. “*Multinational Corporation: The Problems and Prospects*”. South Brunswick: A. S. Barnes, 1975.
- FERNANDES, F. “*Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*”. Biblioteca de Ciências Sociais. São Paulo: Ed. Zahar, 1973.
- FOSTER, J. B. (2014). “*A redescoberta do imperialismo*”. *Monthly Review*, v. 54, n. 6, p.1-2, nov. 2002. Tradução de José Carlos Barreiros Correia. Original disponível em: <http://monthlyreview.org/2002/11/01/the-rediscovery-of-imperialism/>. Disponível em: http://resistir.info/mreview/redescoberta_do_imperialismo.html#asterisco.
- FRANCO, F. (2015). “*Sobre a Odisseia do Capital – Comentários Acerca da Historiografia do Imperialismo Capitalista em Nossos Dias*”. Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas-SP.
- FURTADO, C. “*Transformação e Crise na Economia Mundial*”. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A, 1987.
- FIORI, J. L. “*Sobre o Poder Global*”. *Novos Estudos CEBRAP*, vol 73, 2005.
- GILPIN, R. “*U.S. Power and the Multinational Corporation: The Political Economy of Foreign Direct Investment*”. Basic Books, 1975.
- _____. “*The Political Economy of International Relations*”. New Jersey: Princeton University Press, 1987.
- HILFERDING, R. “*O Capital Financeiro*”. Introdução de Tom Bottmore; tradução de Reinaldo Mestrinel; tradução de introdução de Wanda Nogueira Caldeira Brant. – São Paulo: Nova Cultura, 1910[1985]. (Os Economistas).
- _____. “*The Materialist Conception of History*”. In: Bottmore, T. (org). “*Interpretations of Marx*”. – Oxford, UK: Basil Blackwell, 1988., R. “*O Capital Financeiro*”. Introdução de Tom Bottmore; tradução de Reinaldo Mestrinel; tradução de introdução de Wanda Nogueira Caldeira Brant. – São Paulo: Nova Cultura, 1910[1985]. (Os Economistas).

- _____. “The Materialist Conception of History”. In: Bottomore, T. (org). “Interpretations of Marx”. – Oxford, UK: Basil Blackwell, 1988.
- HOBBSBAWM, E. (1995). “*Era dos Extremos: o Breve Século XX (1914 – 1989)*”; tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Marica Cecília Paoli: - São Paulo: Companhia das Letras.
- HOLSTI, K. J. “*Peace and War: Armed Conflicts and International Order 1648-1989*”. Cambridge and New York: Cambridge University Press. 1991.
- HUDSON, M. “*Super-Imperialism: The Origin and Fundamentals of U.S. World Dominance*”. London-Sterling-Virginia: Pluto Press, 2003.
- KIERNAN, V. G. “*Estados Unidos: O Novo Imperialismo*”. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2009.
- KINDLEBERGER, C. “*The World in Depression: 1919-1939*”. 40th Anniversary ed.; California: University of California Press, 2013.
- KOLKO, G. “*Raíces de la Política Exterior Norteamericana*”. Colombia: Ed. La Oveja Negra, 1972.
- LEÃO, B. *As relações econômicas EUA-China no início do século XXI. 2009*. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, Brasília, 2009.
- LENIN, V. I. “O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo”. Tradução Leila Prado; São Paulo, Centauro, 5ª edição, 1916[2008].
- _____. “Carlos Marx”. In: Lenin, V. I. “Obras Escogidas em 3 tomos”. Moscou: Editorial Progreso, [1914]1961.
- _____. “Las Tres Fuentes e as Tres Partes Constitutivas del Marxismo” In: Lenin, V. I. “Obras Escogidas em 3 tomos”. Moscou: Editorial Progreso 1913[1961].
- _____. “El Estado y la Revolución” Ed. Anagrama; Barcelona, 1918[1976].
- LUXEMBURG, R. “Acumulação de Capital: Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo”. Vol I e II – São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- LENS, S. “*A Fabricação do Império Americano/ Da Revolução ao Vietnã: Uma História do Imperialismo dos Estados Unidos*”; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MAGDOFF, H. “*The Age of Imperialism: The Economics of U.S. Foreign Policy*”. New York and London: Modern Reader Paperbacks, 1969.
- MAJEROWICZ, E. *A disputa sino-estadunidense nas tecnologias da informação e comunicação*. In: MAJEROWICZ, E.; PARANÁ, E. (Ed.). *A China no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

- MALTHUS, T. *Ensaio sobre o Princípio da População*. São Paulo: Edipo, 2017 (1798).
- MANDEL, E. “*O Capitalismo Tardio*”. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, K. (1978). “*El Capital: Crítica de la Economía Política*”. V. 1, 2 e 3; Fondo de Cultura Económica – Mexico.
- MARX, K. & ENGELS, F. “*Contribuição à Crítica da Economia Política*”. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MATTICK, P. “*Marx y Keynes: Los Limites de la Economía Mixta*”. Versão Digital: Círculo Internacional de Comunistas Antibolcheviques; cica_web@yahoo.com.br; <http://cai.xtreemhost.com>, 2009.
- MEDEIROS, C. A. *Globalização e inserção internacional diferenciada da Ásia e da América Latina*. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (Org.). Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 279-346.
- _____. (1999). 'Economia política do desenvolvimento recente da China'. *Revista de Economia Política*, 19(3), pp. 92-112.
- _____. *A China como um duplo pólo na economia mundial e a recentralização da economia asiática*. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 577-594, jul./set. 2006.
- _____. *O ciclo recente de crescimento chinês e seus desafios*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA (SEP), 15., São Luis, Maranhão, 2010
- MEDEIROS, C. A. & MAJEROWICZ, E.M. *The “new normal” of the Chinese economy*. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 3 (82):e282794, 2024.
- MILL, J. S. *Principles of political economy*. Londres. Ed. de 1895.
- MOFFITT, M. “*O Dinheiro no Mundo – De Bretton Woods à Beira da Insolvência*”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- PALMA, G. *Gansos voadores e patos vulneráveis: a diferença da liderança do Japão e dos Estados Unidos, no desenvolvimento do Sudeste Asiático e da América Latina*. In: FIORI, J. L. C. (Org.). O poder americano. Petrópolis: Vozes, 2004.
- PANITCH, L. & GINDIN, S. “*The Making of Global Capitalism*”. London and New York: Verso, 2012.
- PEREIRA, L.R. “*Supremacia Norteamericana e a Gênese da Ordem Global: O Mito dos Anos Dourados à Luz dos Imperativos Imperialistas Estadunidenses*”. Tese de Doutorado. Campinas-Instituto de Economia/UNICAMP, 2018.

- PINTO, E.C. (2011). *Eixo sino-americano e as transformações do sistema mundial: tensões e complementaridades comerciais, produtivas e financeiras*. In: Leão, Pinto e Acioly (org.). *A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos*. Brasília: Ipea, 2011.
- RIBAS, V. T. “*Hegemonia e Império: Trajetória dos Estados Unidos na Segunda Metade do Século XX*”. Tese de Doutorado. Instituto de Economia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2001.
- SERRANO, F. “*Do Ouro Imóvel ao Dólar Flexível*”. *Economia e Sociedade*, vol. 11, nº 2, 2002.
- STRANGE, S. “*The persistent myth of lost hegemony*”. *International Organization*, vol. 41, no 4, 1987.
- WEBER, I.M. *Como a China escapou da terapia de Choque*. São Paulo: Boitempo, 2023.
- WOOD, E. M. “*Empire of Capital*”. New York: Ed. Verso, 2005